



Pobreza multidimensional no território brasileiro: uma análise para domicílios rurais e urbanos

Multidimensional poverty in Brazilian territory: an analysis for rural and urban households

Marina Silva da Cunha
Universidade Estadual de Maringá
<https://orcid.org/0000-0001-9122-3944> 

Gésia Coutinho Marcelino
Universidade Estadual de Maringá
<https://orcid.org/0000-0002-1334-1774> 

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a pobreza multidimensional no Brasil, de 2005 até 2015. Os principais resultados mostram que houve queda na pobreza multidimensional, tanto na incidência e quanto na intensidade, para o Brasil e para os meios urbano e rural. Por sua vez, na desagregação por estados, observou-se a persistência dos maiores níveis de pobreza nas regiões Norte e Nordeste do país, assim como a perpetuação do alto índice de pobreza no meio rural frente ao urbano, sendo o meio urbano aquele com a maior quantidade de domicílios pobres. As maiores privações estão na dimensão educação e as menores na dimensão condições habitacionais. Em termos relativos, a pobreza ainda atinge de forma mais significativa não-brancos, homens, crianças e idosos.

Palavras-chave: Pobreza rural e urbana. Método Alkire-Foster. Brasil.

ABSTRACT

This article aims to analyze multidimensional poverty in Brazil, from 2005 to 2015. The main results show that there was a decrease in multidimensional poverty, as well as in the incidence and intensity, for Brazil and for urban areas and rural. In turn, in the analysis by states, it was observed the persistence of the highest levels of poverty in the North and Northeast regions of the country, as well as the perpetuation of the high rate of poverty in rural areas compared to urban areas, with the urban environment being the one with the greater number of poor households. The greatest deprivations are in the education dimension and the smallest in the housing conditions dimension. In relative terms, poverty still affects more significantly non-whites, men, children, and the elderly.

KEYWORDS: Rural and urban poverty. Alkire-Foster Method. Brazil.

Classificação JEL: I32; I38; O18

Recebido em: 12-08-2023. Aceito em: 28-06-2023.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza se configura como um grave problema humanitário que tem preocupado os países, que buscam sua erradicação, uma vez que sua incidência está diretamente relacionada ao bem-estar da população (CHEN; RAVALLION, 2013). Conhecer os diversos caminhos percorridos pela pobreza é um passo crucial ao seu combate, ou seja, exercer um controle baseado em evidências sobre a vida local dos mais pobres e políticas de apoio efetivas são uma boa estratégia para reduzir a pobreza (BANERJEE; DUFLO, 2011).

No mundo, de 1990 a 2015, a extrema pobreza caiu em média um ponto percentual (p.p) por ano - de quase 36% para 10% . Segundo o relatório do Banco Mundial, a porcentagem de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza vem se reduzindo, ainda que lentamente. Ademais, em 2013, 11% viviam com menos de US\$ 1,90 por dia, enquanto em 2015, esse número reduziu para 10% (WORLD BANK, 2018). No Brasil, a redução da pobreza monetária, particularmente a partir do início do século XXI, é atribuída, entre outros fatores, ao crescimento econômico com distribuição de renda, por meio da inserção no mercado de trabalho, do aumento da formalização e do valor real do salário-mínimo, e da expansão das transferências e programas sociais do governo, como o Programa Bolsa Família (BARROS *et al.*, 2007; HOFFMANN, 2013; OSÓRIO *et al.*, 2011).

Todavia, é importante destacar que o esforço pela erradicação da pobreza não é homogêneo, é inegável o seu caráter regionalista e heterogêneo, cuja contenção é prejudicada pela desigualdade social. Estudos para o Brasil têm identificado disparidades regionais e espaciais da pobreza, apesar de a maior parte ainda se limitar à perspectiva da renda. Adicionalmente, a literatura empírica mostra a importância da análise da pobreza de forma desagregada, visto que alguns aspectos demandam maior atenção, tais como as diferenças entre as áreas rurais e urbanas.

Nesse contexto, torna-se importante estudar a pobreza não somente sob a ótica monetária, mas também sob uma perspectiva multidimensional. Assim, o objetivo do presente trabalho é analisar a evolução da pobreza monetária e multidimensional no Brasil, bem como nos meios rural e urbano, de 2005 até 2015, considerando também as unidades da federação. Na abordagem multidimensional é utilizado o método de Alkire-Foster e, como dimensões, a educação, a saúde e serviços básicos e, por fim, condições habitacionais. Adicionalmente, na abordagem monetária são consideradas três linhas absolutas de pobreza.

A maior contribuição para a conceituação de pobreza na perspectiva multidimensional é atribuída ao economista e filósofo indiano Amartya Sen (SEN, 1993, SEN, 2000). Para o autor a ótica multidimensional, além da renda, permite um melhor conhecimento do fenômeno da pobreza. Nessa perspectiva, a pobreza é compreendida como privação das capacidades quando o indivíduo sofre com a ausência de direitos básicos que abrangem um conjunto de bens e serviços essenciais para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades, tais como acesso à educação adequada, condições de saúde, moradia, água e infraestrutura sanitária. Neste sentido, o autor busca ampliar o entendimento da pobreza para além da renda ou meio para superar as privações, incorporando as realizações ou variáveis que refletem as necessidades básicas, conforme destacam Vieira *et al.* (2017).

A partir do início do século XXI, o Brasil sofreu grandes transformações sociais e de bem-estar como reflexo do cenário nacional e internacional de queda da atividade econômica frente à crise econômica e financeira de 2008. Além da crise internacional de 2008, verificou-se uma estagnação do crescimento econômico em 2014 e queda em 2015, o consumo das famílias reduziu em -4,0%, em 2015 ante 2014, devido a deterioração dos indicadores de inflação, juros, crédito e, conseqüentemente, emprego e renda (IBGE, 2016). O baixo crescimento econômico associado a altos níveis de desigualdade gerou efeitos negativos no bem-estar e na mobilidade social.

Dessa forma, o presente estudo está organizado em cinco tópicos, além dessa introdução. A Seção 2 apresenta a metodologia utilizada para a análise da pobreza multidimensional. A Seção 3 traz a evolução da pobreza multidimensional para o período de 2005 a 2015, bem como o perfil dos indivíduos em situação vulnerável. Na Seção 4, são discutidas as diferenças regionais da pobreza no país, nas unidades da federação. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 METODOLOGIA

2.1 Dados

Esta pesquisa busca mensurar sob a ótica multidimensional a pobreza no Brasil, considerando tanto o meio rural quanto o urbano, bem como as diferenças regionais. Além disso, a população em situação de privação é caracterizada considerando variáveis demográficas como sexo, faixa etária e cor ou raça. As informações utilizadas para o cálculo

do indicador composto de pobreza multidimensional são disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), provenientes da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD). As variáveis foram selecionadas para os vinte e seis estados e o Distrito Federal e são relativas ao período de 2005 até 2015, com exceção do ano de 2010 .

A escolha dessa base de dados se deu em virtude do seu caráter periódico e por investigar diversas características socioeconômicas da sociedade, tendo propósitos múltiplos, permitindo comparações espaciais e temporais (ROCHA, 2006). Em relação ao recorte temporal, a escolha se baseou em fatores econômicos, sociais e pela disponibilidade de dados.

Em relação aos dados, até 2003, a PNAD não disponibilizava dados da população residente rural para seis unidades da federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) e, a partir de 2004, a pesquisa passou a abranger todo o território nacional (IBGE, 2015). Em virtude dessa expansão, foi possível analisar a pobreza rural e urbana em todos os estados brasileiros. Por sua vez, a PNAD foi interrompida em 2015 e foi realizada a análise para uma década, de 2005 até 2015, buscando identificar as alterações nas privações da população. Em razão das características dos indicadores que compõem o índice de pobreza, a unidade de análise e identificação utilizada é o domicílio, seguindo o modelo original – Multidimensional Poverty Index (IPM), conforme Alkire e Santos (2010), visto que já foi empregado em estudos sobre a pobreza em mais de cem países (ALKIRE et al., 2019).

2.2 Método

A construção de um índice de pobreza multidimensional (IPM) envolve a escolha de estratégias de identificação, procedimentos de agregação, dimensões e estruturas de ponderação. Neste trabalho, é utilizado o método Alkire-Foster (AF), que tem como base a obra *Multidimensional Poverty Measurement and Analysis*, de Alkire et al. (2015). Esse método tem duas etapas: identificação, com o estabelecimento dos padrões para delimitação da pobreza, e a agregação, com a junção das informações sobre os pobres em um índice.

Suponha que haja n domicílios em um conjunto de d dimensões. O domicílio i na dimensão j pode ser representado por um número real negativo, tal que $x_{ij} \in R^+$ para todo

$i = 1, \dots, n$ e $j = 1, \dots, d$. Assim, x_{ij} é a realização do domicílio i na dimensão j . Na sequência, é preciso definir a primeira linha de corte, denotamos por z_j o ponto de corte de privação para a dimensão j , que é definido como o desempenho mínimo necessário para que um domicílio não seja privado, tal que o domicílio i é considerado privado na dimensão j se, e somente se, $x_{ij} < z_j$ (ALKIRE *et al.* 2015). Isso posto, é necessário calcular o *status* de privação de cada domicílio para cada dimensão g_{ij}^0 . Se x_{ij} for menor que z_j , então o domicílio i é privado na dimensão j , então $g_{ij}^0 = 1$, caso contrário, $g_{ij}^0 = 0$.

Quando se analisa uma medida de pobreza multidimensional, torna-se necessário atribuir um peso a cada dimensão, o que representa sua contribuição relativa na composição do índice de pobreza. Assim, o peso relativo atribuído à dimensão j é denominado w_j , tal que $w_j > 0$ para todo $j = 1, \dots, d$. O conjunto de pesos atribuídos a todas as d dimensões é dado pelo vetor de pesos $w = (w_1, \dots, w_d)$, logo, a soma dos pesos relativos é igual a um: $\sum_{j=1}^d w_j = 1$. Após a definição do vetor de pesos w e dos valores do *status* de privação da matriz g^0 , agrupam-se os elementos e obtém-se a pontuação de privação c_i , onde $c_i = \sum_{j=1}^d w_j g_{ij}^0$. Assim, tem-se que $0 \leq c_i \leq 1$, sendo o *score* igual a zero para um indivíduo sem qualquer privação e o valor de um para privação em todas as dimensões (ALKIRE *et al.* 2015).

Com o intuito de distinguir cada domicílio como multidimensionalmente pobre ou não pobre em determinada população, além das linhas de corte de privações (z_j), é necessário definir uma segunda linha (corte de pobreza k), que diz respeito à pontuação mínima que um domicílio deve apresentar para ser considerado multidimensionalmente pobre, em que $0 < k \leq 1$. Alguém é considerado pobre se sua pontuação de privação é igual ou maior que o corte da pobreza, isto é, se $c_i \geq k$ (ALKIRE *et al.* 2015). Como ressaltam Alkire *et al.* (2015), no IPM global, uma pessoa é identificada como pobre se apresentar uma pontuação de privação superior ou igual a 1/3 ou 33,33% dos indicadores (ponderados) que compõem o índice.

A etapa seguinte, após o processo de identificação dos indivíduos pobres, é a agregação das informações sobre a pobreza. Para tanto, torna-se necessário desconsiderar as privações dos domicílios não pobres da matriz g^0 , ou seja, aqueles cuja pontuação de privação se encontra abaixo do corte de pobreza k têm sua pontuação substituída por 0, tal que $g^0(k)$. Da mesma forma, é necessário censurar o vetor de escores de privação de modo que, se um domicílio for pobre, $c_i(k) = c_i$, caso contrário, $c_i(k) = 0$.

Na fase da agregação, o cálculo do índice de pobreza multidimensional (IPM) ou medida M_0 (proporção de pobres ajustada pela intensidade de pobreza) pode ser expresso como o produto de duas medidas parciais: incidência de pobreza multidimensional (H), que corresponde à proporção da população que é pobre, tal que $H = \frac{q}{n}$, sendo q o número de domicílios pobres e n o número total de domicílios, e a intensidade média de pobreza (A), que representa o número relativo de privações que os indivíduos pobres sofrem simultaneamente, tal que $A = \frac{1}{q} \sum_{i=1}^n c_i(k)$, em que $c_i(k)$ é a pontuação de privação censurada do domicílio i . Desse modo, $c_i(k) = c_i$ se $c_i \geq k$, e $c_i(k) = 0$, caso contrário. Logo, M_0 , H e A podem variar de 0 a 1. Assim, o IPM é o produto de ambos os índices parciais: $M_0 = H \times A$.

A escolha das dimensões e indicadores que compõe o IPM deve ser capaz de retratar condições e características dos indivíduos relacionadas ao desenvolvimento humano e ao bem-estar. As dimensões apresentadas neste estudo evidenciam os diversos aspectos que representam um padrão de vida decente, além da renda, e que servem de guia para a mensuração da pobreza como fenômeno multidimensional. Da mesma forma que Alkire e Santos (2010) e considerando diversos estudos nacionais e internacionais¹, são utilizados três dimensões e dez indicadores na elaboração do indicador de pobreza multidimensional, conforme o Quadro 1. Todos os indicadores têm um valor máximo de 1 (privado) e um mínimo de 0 (não privado). Quanto aos pesos, foram adotadas as mesmas orientações propostas por Alkire e Santos (2010) ao PNUD na obtenção do IPM, dessa forma, atribuíram-se pesos iguais às três dimensões, de 1/3 ou 0,33%.

A dimensão Educação influencia a liberdade substantiva do indivíduo ter uma melhor qualidade de vida. A falta dessa possibilidade de escolha, no sentido do acesso ao conhecimento, age como uma barreira nas participações das atividades econômicas (SEN, 2000). Além disso, a educação está presente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais têm como alvo garantir, até 2030, que todas as crianças tenham recebido educação básica equitativa e de qualidade (ONU, 2000). A decisão de usar o indicador de frequência escolar dos sete aos dezessete anos se justifica pelo acesso à escola praticamente universal na faixa de sete aos quatorze anos (OECD, 2015). Sendo

¹ Serra; Yalonetzky e Maia (2021); Pereira *et al.* (2020); Silva; Bruno e Silva (2020); Fahel e Teles (2018); Alkire e Fang (2019); Brambilla e Cunha (2019); Alkire *et al.* (2017); Silva; Sousa e Araújo (2017); Vieira; Kuhn e Marin (2017); Santos e Villatoro (2016); Santos *et al.* (2015); Albuquerque e Cunha (2012); Alkire e Santos (2014).

assim, considera-se como privado o domicílio que possui pelo menos uma criança em idade escolar, ou seja, com idade entre sete e dezessete anos, que não frequenta a escola. Ademais, no Brasil, o ensino básico inclui além do ensino fundamental o ensino médio, que inclui, em geral, crianças e adolescentes nessa faixa etária. Contudo, apesar dessa universalidade, o nível de escolaridade média da população de quinze anos ou mais é de apenas 6,7 anos. Segundo Goulart; Sampaio e Nespoli (2006), se por um lado o acesso é quase universal, por outro, ainda é baixo o percentual daqueles que concluem o ensino fundamental, sobretudo na idade adequada. Dessa maneira, qualifica-se como privado o domicílio no qual nenhum membro de dezesseis anos ou mais tenha ao menos oito anos de escolaridade.

Quadro 1– Dimensões, indicadores, condições de privação e pesos do índice de pobreza multidimensional para o Brasil

Dimensões	Indicadores	Descrição	Peso (%)
Educação	Anos de estudo	Domicílio no qual nenhum membro de dezesseis anos ou mais tenha ao menos oito anos de escolaridade	16,66
	Frequência escolar	Domicílio com pelo menos uma criança entre sete e dezessete anos que não frequenta a escola	16,66
Saúde e serviços básicos	Abastecimento de água	Domicílio que não tem água encanada em pelo menos um cômodo ou que a água não provenha de rede geral de distribuição, poço ou nascente	8,33
	Destino do lixo	Domicílio que não tenha o lixo coletado diretamente por serviço de limpeza	8,33
	Energia elétrica	Domicílio que não possui iluminação elétrica de rede, gerador ou solar	8,33
	Saneamento básico	Domicílio com sanitário não conectado à rede de esgoto ou pluvial	8,33
Condições habitacionais	Densidade morador/dormitório	Domicílio que possui três moradores ou mais por dormitório	8,33
	Material do teto	Domicílio cujo material predominante no telhado não seja telha, laje de concreto ou madeira aparelhada	8,33
	Combustível de cozinha	Domicílio que não usa gás ou energia elétrica como combustível de cozinha	8,33
	Bens de consumo duráveis	Domicílio que não possui mais do que um item dentre: geladeira, televisão (a cores ou preto e branco), telefone (fixo ou celular), máquina de lavar roupas, microcomputador e automóvel.	8,33

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

As dimensões Saúde e serviços básicos e Condições habitacionais proporcionam aos indivíduos melhores condições de bem-estar e qualidade de vida, uma vez que seus indicadores refletem diretamente na saúde e no padrão de vida das pessoas. Além de ser um dos direitos sociais presentes na Constituição Federal, a moradia é definida como digna, pelo IBGE (2013), quando apresenta condições mínimas de acesso e infraestrutura, as quais destacam-se: 1) até dois moradores por dormitório; 2) abastecimento de água por rede geral de distribuição, 3) esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial ou por fossa séptica; e 4) lixo coletado diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza. Sobretudo, essas questões ganharam maior destaque ao serem introduzidas entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e após a criação do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que estabeleceu metas e definiu montantes de investimentos para a universalização do acesso ao abastecimento de água e da coleta e tratamento de esgoto.

Ao determinar as dimensões, indicadores e linhas de corte, a construção do índice de pobreza multidimensional (IPM) permite a avaliação da incidência e intensidade da pobreza, bem como sua abrangência no que diz respeito às áreas rurais e urbanas. Finalmente, para fins de comparação entre pobreza unidimensional e multidimensional, utiliza-se também a renda domiciliar *per capita*, assumindo a linha de pobreza de R\$ 154,00 por mês, do Programa Bolsa Família, e metade desse valor, R\$ 77,00, para extrema pobreza. Além disso, é utilizada a linha de US\$ 5,50 por dia, sugerida pelo Banco Mundial, como mais uma opção à análise da pobreza monetária, devido às dissimilaridades nos níveis de desenvolvimento dos países².

Portanto, ressalta-se que as três dimensões analisadas representam privações básicas para o bem-estar de um indivíduo e ainda estão presentes de forma significativa no Brasil, o que justifica seu estudo. Embora existam trabalhos que incluam mais do que três dimensões na análise da pobreza, o que pode ser considerado uma limitação ao presente estudo, o método adotado permite sintetizar as carências básicas de um domicílio e refletir de forma ampla a heterogeneidade e diversidade da abordagem multidimensional.

3 EVOLUÇÃO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL DE 2005 ATÉ 2015

² No Brasil, a linha de US\$ 5,50 foi adotada para cálculos de pessoas em situação de pobreza nos últimos três relatórios do IBGE: Síntese de Indicadores Sociais, de 2017, 2018 e 2019 (IBGE, 2019).

Na Tabela 1 são apresentados os resultados do Índice de Pobreza Multidimensional (M_0) e seus componentes, incidência (H) e intensidade (A) para o período 2005-2015, em que é possível verificar que, no Brasil, de modo geral, houve redução no Índice multidimensional de pobreza, de 8% para 4%, o que representa uma variação negativa de 44,7%. De forma semelhante, a redução se estende para as áreas urbana e rural, com reduções de 56,5% e 31,6%, respectivamente. Porém, observa-se que, além de no meio rural a pobreza estar em maior nível, também tem menor redução.

Considerando os componentes do IPM, é possível observar reduções na incidência (H), percentual de domicílios multidimensionalmente pobres, e na intensidade (A), percentual de privação sofrida no domicílio. Em 2005, no Brasil, 19% dos domicílios eram considerados pobres (H), enquanto a intensidade média da pobreza (A) era de 40%. Embora as taxas sejam elevadas, ambos os componentes apresentaram tendência declinante ao longo do período analisado, atingindo em 2015, respectivamente, 11,1% e 38,3%.

Ao analisar a dinâmica da pobreza entre as áreas rural e urbana, os resultados indicam que há uma significativa heterogeneidade nessas localidades. Em 2015, por exemplo, a incidência da pobreza no meio rural era de 47%, ao passo que, na área urbana, somente 6% dos domicílios eram multidimensionalmente pobres. No quesito intensidade, ainda que a queda tenha sido mais tímida, o contraste entre as áreas persistiu. Esse resultado sugere que, embora o percentual de domicílios pobres tenha reduzido ao longo do período, aqueles que permanecem na pobreza enfrentam acentuadas privações.

Ainda na Tabela 1, é possível verificar a pobreza unidimensional, considerando três linhas, em que se nota também reduções ao longo do período. Analogamente à pobreza multidimensional, a proporção da pobreza unidimensional, independente da faixa de renda, foi reduzida em todas as esferas (Brasil, áreas urbana e rural). Ao analisarmos somente o aspecto unidimensional, observa-se que a maior proporção de pobreza se encontra na faixa de renda de U\$ 5,50 PPC.³ No Brasil, por exemplo, a pobreza na linha de U\$ 5,50 PPC é quatro vezes maior que a de R\$ 154,00 em virtude do maior valor da linha de corte em que mais domicílios são incluídos na pobreza.

³ A paridade do poder de compra (PPC) é uma forma de comparar indicadores de vários países, no caso do presente trabalho é a linha de pobreza, que correspondeu a R\$ 358,82 em 2015.

Tabela 1– Índice de pobreza multidimensional e unidimensional, Brasil e áreas urbanas e rurais, de 2005 até 2015

Anos	Pobreza multidimensional								
	M_0			Incidência (H)			Intensidade (A)		
	Brasil	Urbana	Rural	Brasil	Urbana	Rural	Brasil	Urbana	Rural
2005	0,077	0,054	0,281	0,194	0,143	0,643	0,397	0,377	0,437
2006	0,073	0,051	0,269	0,185	0,135	0,624	0,395	0,376	0,432
2007	0,067	0,046	0,251	0,171	0,122	0,587	0,393	0,373	0,428
2008	0,063	0,042	0,238	0,160	0,112	0,562	0,390	0,371	0,423
2009	0,059	0,038	0,227	0,152	0,104	0,541	0,388	0,369	0,419
2011	0,051	0,031	0,220	0,131	0,085	0,529	0,386	0,364	0,416
2012	0,048	0,029	0,210	0,125	0,079	0,508	0,387	0,366	0,414
2013	0,046	0,027	0,202	0,120	0,074	0,494	0,384	0,363	0,409
2014	0,045	0,026	0,193	0,117	0,073	0,476	0,381	0,362	0,405
2015	0,042	0,023	0,192	0,111	0,065	0,473	0,383	0,361	0,406
$\Delta\%$ (05 - 15)	-44,68	-56,55	-31,64	-42,62	-54,69	-26,34	-3,58	-4,11	-7,20
Anos	Pobreza unidimensional								
	R\$ 154,00			R\$ 77,00			US\$ 5,50		
	Brasil	Urbana	Rural	Brasil	Urbana	Rural	Brasil	Urbana	Rural
2005	0,078	0,071	0,145	0,025	0,024	0,040	0,310	0,291	0,484
2006	0,065	0,058	0,125	0,022	0,020	0,035	0,270	0,253	0,422
2007	0,062	0,056	0,117	0,026	0,025	0,038	0,257	0,238	0,419
2008	0,052	0,046	0,098	0,025	0,023	0,037	0,236	0,218	0,385
2009	0,056	0,050	0,104	0,025	0,024	0,039	0,227	0,210	0,367
2011	0,056	0,043	0,111	0,027	0,025	0,051	0,203	0,185	0,357
2012	0,043	0,037	0,093	0,025	0,023	0,041	0,168	0,149	0,325
2013	0,046	0,041	0,090	0,028	0,027	0,039	0,164	0,147	0,302
2014	0,034	0,029	0,073	0,016	0,015	0,029	0,145	0,129	0,272
2015	0,041	0,035	0,086	0,020	0,018	0,031	0,163	0,145	0,300
$\Delta\%$ (05 - 15)	-44,4	-50,7	-40,7	-20,0	-25,0	-22,5	-47,4	-50,2	-38,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

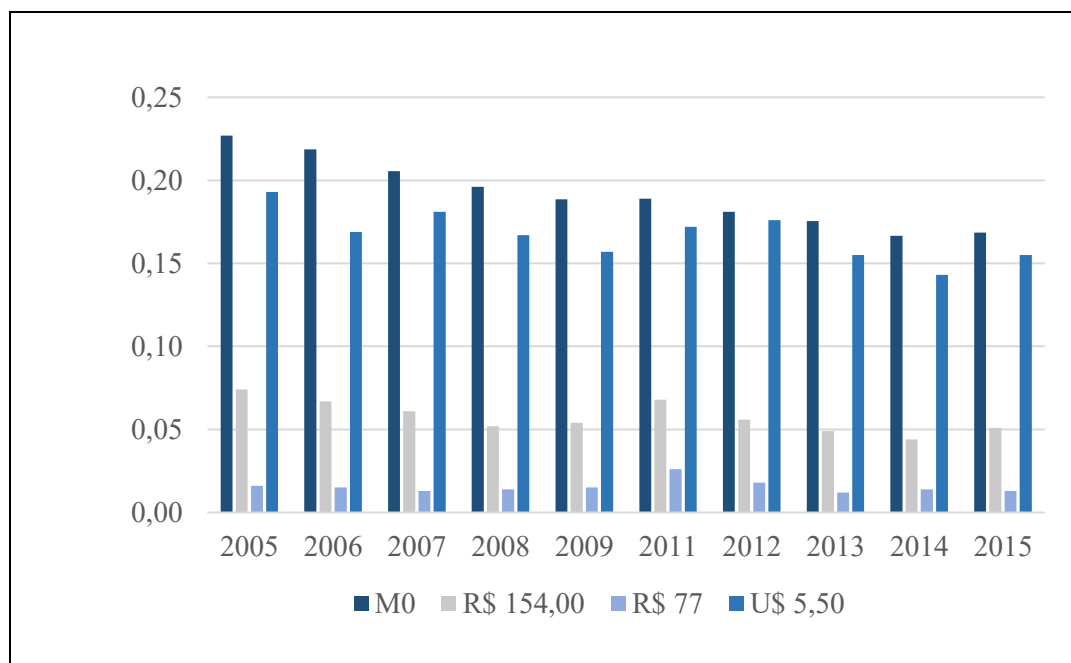
O hiato na pobreza rural e urbana, considerando a pobreza multidimensional e as três linhas de pobreza unidimensional, pode ser observado na Figura 1. Os resultados sinalizam que, embora os níveis de pobreza tenham apresentado queda ao longo do período, em ambas as óticas, esse hiato persiste. Na perspectiva multidimensional, esse hiato é reduzido de forma mais intensa até o ano de 2008, quando atingiu 0,098p.p., quando ocorre a crise econômica internacional, interrompendo esse processo de queda.

Entre os esforços tomados para amenizar os efeitos da crise internacional - e que podem ter contribuído para que essa redução da pobreza rural tivesse continuidade - está

a implementação da lei Federal nº 11.947/2009⁴, que estabelece as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), beneficiando o produtor rural, pois prioriza o trabalho desenvolvido na comunidade rural através da redistribuição de recursos. De acordo com dados do Programa, em 2010, no Brasil, 47,4% dos municípios adquiriram alimentos da agricultura familiar para o PNAE e o percentual de compra nesses municípios foi, em média, de 22,7%. A região Sul do país apresentou o maior percentual de compra de alimentos da agricultura familiar (71,3%) e o Centro-Oeste apresentou o menor (35,3%) (SARAIVA *et al.*, 2013).

A redução do hiato da pobreza rural-urbana já apresentava uma tendência de queda nas décadas anteriores. Conforme verificou Cunha (2009), que analisou o hiato da pobreza e extrema pobreza monetárias entre os domicílios rurais e urbanos do país, de 1981 a 2004, as medidas de pobreza reduziram mais nas áreas rurais, onde apresentavam um maior nível. Entre os fatores relacionados à essa queda, estaria a migração do meio rural para o meio urbano, com a expansão desordenada das cidades, com precária infraestrutura básica e insuficiente demanda no mercado de trabalho.

Figura 1 – Hiato da pobreza (*gap*) rural-urbana, Brasil, 2005 – 2015



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

⁴ A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (FNDE, 2016).

A composição da pobreza multidimensional considerando cada indicador, no Brasil e nas áreas rural e urbana, pode ser observada na Tabela 2, em que, para cada localidade e ano, as proporções somam 100%. Inicialmente, destaca-se a importância relativa dos anos de escolaridade dos adultos nos domicílios, em todas as áreas, inclusive com aumento relativo de 2005 para 2015 na composição do índice multidimensional. Portanto, como o IPM reduziu de 2005 para 2015, conforme já observado na Tabela 1, esse aumento relativo no indicador de educação evidencia que a redução nessa privação foi, em média, menor do que a observada nos demais indicadores. Uma explicação para essa persistência seria o envelhecimento da população e a maior longevidade daqueles indivíduos com baixa ou sem escolaridade, que teriam maior dificuldade de recuperar a ausência de educação formal na fase adequada da infância e da adolescência.

Ainda na dimensão educação, nota-se uma melhoria no indicador frequência em todas as localidades, especialmente nas áreas rurais. Neste caso, deve-se ressaltar a importância do Programa Bolsa Família, que a partir da condicionalidade frequência escolar para crianças e adolescentes tem contribuído para a melhoria desse indicador no país, que em 2005 beneficiava 7,7 milhões de família e, em 2015, 13,8 milhões ou mais de um quinto da população brasileira (Souza et al, 2019).

Tabela 2 – Proporção de privação nos indicadores de pobreza no Brasil, área urbana e rural, de 2005 até 2015

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	Δ% 05-15
Brasil											
Estudo	0,367	0,366	0,367	0,370	0,374	0,373	0,373	0,376	0,381	0,374	1,7
Frequência	0,055	0,054	0,056	0,052	0,049	0,050	0,049	0,048	0,048	0,045	-18,7
Abastecimento	0,002	0,002	0,003	0,002	0,003	0,004	0,003	0,004	0,003	0,006	153,1
Destino	0,095	0,096	0,097	0,100	0,097	0,102	0,108	0,107	0,109	0,115	21,0
Energia	0,004	0,004	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001	-72,1
Saneamento	0,176	0,178	0,179	0,182	0,186	0,189	0,190	0,191	0,195	0,193	9,7
Densidade	0,054	0,053	0,048	0,047	0,045	0,040	0,039	0,036	0,035	0,033	-39,0
Material	0,006	0,007	0,009	0,008	0,007	0,010	0,010	0,011	0,011	0,010	78,4
Combustível	0,045	0,044	0,042	0,040	0,042	0,039	0,040	0,040	0,032	0,040	-10,0
Bens	0,196	0,196	0,197	0,197	0,195	0,191	0,186	0,185	0,185	0,183	-6,4
Urbana											
Estudo	0,402	0,401	0,401	0,404	0,411	0,411	0,412	0,414	0,416	0,416	3,5
Frequência	0,067	0,068	0,070	0,068	0,065	0,068	0,070	0,073	0,069	0,065	-3,3
Abastecimento	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,002	0,002	0,001	0,001	0,003	69,9
Destino	0,056	0,056	0,055	0,057	0,051	0,049	0,052	0,047	0,053	0,054	-3,0
Energia	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,000	0,001	-52,5
Saneamento	0,170	0,171	0,171	0,174	0,180	0,184	0,185	0,184	0,189	0,187	10,0
Densidade	0,068	0,066	0,063	0,060	0,060	0,054	0,053	0,049	0,048	0,046	-32,0
Material	0,005	0,008	0,009	0,009	0,008	0,012	0,013	0,014	0,014	0,013	137,7
Combustível	0,021	0,020	0,019	0,018	0,016	0,014	0,013	0,014	0,009	0,013	-40,3
Bens	0,208	0,208	0,210	0,209	0,207	0,205	0,200	0,202	0,201	0,203	-2,3
Rural											
Estudo	0,308	0,309	0,315	0,321	0,322	0,411	0,328	0,335	0,343	0,333	8,0
Frequência	0,035	0,032	0,032	0,029	0,027	0,068	0,024	0,022	0,025	0,026	-26,5
Abastecimento	0,004	0,003	0,005	0,004	0,006	0,002	0,005	0,006	0,006	0,009	143,1
Destino	0,161	0,163	0,162	0,162	0,160	0,049	0,173	0,172	0,172	0,172	6,9
Energia	0,008	0,007	0,005	0,005	0,004	0,001	0,003	0,003	0,002	0,001	-82,1
Saneamento	0,187	0,189	0,191	0,193	0,195	0,184	0,196	0,199	0,201	0,199	6,6
Densidade	0,030	0,030	0,024	0,027	0,024	0,054	0,024	0,022	0,020	0,020	-32,9
Material	0,006	0,005	0,008	0,005	0,005	0,012	0,008	0,008	0,007	0,008	22,2
Combustível	0,086	0,084	0,078	0,074	0,077	0,014	0,070	0,067	0,057	0,067	-21,6
Bens	0,175	0,177	0,179	0,179	0,179	0,205	0,170	0,168	0,167	0,164	-6,2

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Por sua vez, na dimensão saúde e serviços básicos, o indicador saneamento básico teve aumento relativo nas três localidades. Outro indicador que se destaca na composição da pobreza e com aumento relativo no meio rural nessa dimensão é o destino do lixo. Por sua vez, na dimensão condições habitacionais, a posse de bens apresenta redução relativa no período. Ainda se observa nessa dimensão a redução relativa da densidade nas três localidades.

Esses resultados estão de acordo com as condições socioeconômicas do país no período, tais como a redução da fecundidade e a expansão das políticas públicas. Entre estas podem ser citados o programa Casa Minha Vida (MCMV), o Programa Luz Para Todos, o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa nacional de Alimentação Escolar

(PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além do aumento do valor real do salário-mínimo, que tem impacto também nas aposentadorias e pensões, bem como no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante ao idoso, com idade de 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência o valor de um salário-mínimo.

Na Tabela 3, busca-se caracterizar o perfil da pobreza multidimensional, destacando a parcela de domicílios e pessoas em situação de vulnerabilidade conforme sua incidência em 2005 e 2015. Na Tabela 1, foi possível constatar de forma geral que houve diminuição na incidência da pobreza multidimensional durante o período analisado, mas, na Tabela 3, é possível observar que essa redução não ocorreu de forma homogênea entre os segmentos da população analisados, como sexo, cor ou raça e idade.

Além disso, a proporção de domicílios e pessoas em áreas urbanas foi reduzida de 2005 para 2015, indicando uma relativa estabilidade ou até mesmo uma reversão na tendência migratória rural-urbana. Os domicílios urbanos representavam 90,0% em 2005 e 88,7% em 2015, por sua vez, as pessoas residentes em domicílios urbanos representavam 89,3% e 88,1%, respectivamente, do total dos residentes no país.

Conforme a Tabela 1, observamos que embora o cenário socioeconômico entre os meios urbano e rural seja distinto, observou-se ao longo do período redução relativa no número de domicílios em pobreza multidimensional em ambas as esferas. No meio urbano, houve uma redução de 7,8 p.p., ao passo que, no meio rural, a retração foi de 17,0 p.p. No entanto, há dois aspectos que merecem destaque. Inicialmente, em termos relativos, a incidência de pobreza no meio rural é significativamente mais elevada, evidenciando um percentual de pobreza de quase 50% no meio rural, enquanto no meio urbano, esse percentual esteve abaixo de 10% em 2015. Porém, em termos absolutos, o número de domicílios (cerca de 3.500 mil) em situação de pobreza e de pessoas (cerca de 10.000 mil), em 2015, foi similar nas áreas rurais e urbanas.

Tabela 3 – Desagregação da incidência da pobreza multidimensional, Brasil, área urbana e rural, 2005 - 2015
(1.000 pessoas e domicílios)

GRUPOS	BRASIL								URBANA								RURAL								
	Total				Pobreza multidimensional				Total				Pobreza multidimensional				Total				Pobreza multidimensional				
	2005	%	2015	%	2005	%	2015	%	2005	%	2015	%	2005	%	2015	%	2005	%	2015	%	2005	%	2015	%	
Domicílios	45.752	100	62.415	100	8.856	100	6.932	100	41.161	100	55.375	100	5.905	100	3.600	100	4.591	100	7.039	100	2.951	100	3.333	100	
Pessoas	156.092	100	186.541	100	31.724	100	19.876	100	139.393	100	164.428	100	21.221	100	10.214	100	16.699	100	22.112	100	10.503	100	9.662	100	
Sexo																									
	Masculino	75.423	48,3	89.952	48,2	15.980	50,4	10.140	51,0	66.817	47,9	78.501	47,7	10.474	49,4	5.054	49,5	8.606	51,5	11.452	51,8	5.505	52,4	5.086	52,6
	Feminino	80.670	51,7	96.589	51,8	15.745	49,6	9.737	49,0	72.577	52,1	85.928	52,3	10.747	50,6	5.160	50,5	8.093	48,5	10.661	48,2	4.997	47,6	4.577	47,4
Cor ou raça																									
	Branco	84.542	54,2	87.789	47,1	12.530	39,5	5.986	30,1	75.955	54,5	78.806	47,9	7.499	35,3	2.688	26,3	8.587	51,4	8.982	40,6	5.031	47,9	3.298	34,1
	Não-branco	71.550	45,8	98.752	52,9	19.194	60,5	13.891	69,9	63.439	45,5	85.622	52,1	13.722	64,7	7.526	73,7	8.111	48,6	13.130	59,4	5.472	52,1	6.364	65,9
	0 até 6	17.148	11,0	16.475	8,8	4.756	15,0	1.990	10,0	15.158	10,9	14.540	8,8	3.412	16,1	1.185	11,6	1.991	11,9	1.935	8,8	1.344	12,8	806	8,3
Faixa etária																									
	7 até 10	22.391	14,3	21.976	11,8	6.140	19,4	3.176	16,0	19.682	14,1	18.914	11,5	4.321	20,4	1.747	17,1	2.709	16,2	3.061	13,8	1.818	17,3	1.430	14,8
	11 até 14	8.750	5,6	9.534	5,1	2.072	6,5	1.377	6,9	7.735	5,5	8.249	5,0	1.437	6,8	783	7,7	1.015	6,1	1.285	5,8	635	6,0	594	6,1
	15 até 17	33.599	21,5	34.094	18,3	5.235	16,5	2.320	11,7	30.327	21,8	30.505	18,6	3.467	16,3	1.212	11,9	3.272	19,6	3.589	16,2	1.768	16,8	1.108	11,5
	18 até 24	43.971	28,2	55.371	29,7	7.630	24,1	4.758	23,9	39.536	28,4	49.161	29,9	4.979	23,5	2.369	23,2	4.435	26,6	6.209	28,1	2.650	25,2	2.389	24,7
	25 até 49	19.149	12,3	30.420	16,3	3.372	10,6	3.306	16,6	17.086	12,3	26.844	16,3	1.993	9,4	1.508	14,8	2.062	12,3	3.576	16,2	1.379	13,1	1.798	18,6
	50 até 64	11.085	7,1	18.670	10,0	2.520	7,9	2.948	14,8	9.869	7,1	16.214	9,9	1.611	7,6	1.411	13,8	1.215	7,3	2.456	11,1	908	8,6	1.537	15,9
	> 65	11.085	7,1	18.670	10,0	2.487	8,0	2.935	15,0	9.862	7,1	16.195	9,9	1.578	7,7	1.401	14,0	1.208	7,3	2.436	11,1	903	8,7	1.530	16,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Adicionalmente, ao se observar a incidência de pobreza entre as parcelas da população com base nas desagregações de sexo, cor ou raça e faixa etária, é possível traçar um perfil mais preciso sobre quem é, de fato, a população com pobreza multidimensional no país.

No caso do sexo, apesar de a pobreza incidir entre homens e mulheres em torno de 50%, observou-se uma maior magnitude entre eles, na análise para o Brasil e para o meio rural, já no meio urbano é maior entre elas. Ademais, esse fato foi observado tanto em 2005 quanto em 2015. Destaca-se a contribuição do Programa Bolsa Família para este resultado similar entre homens e mulheres, uma vez que prioriza as mulheres como responsáveis pelo recebimento do benefício, como discute Bartholo *et al.* (2019).

No que diz respeito à desagregação por cor ou raça, observou-se um aumento da população que se autodeclarou não-branca de 2005 para 2015, a qual passou a representar a maior parcela da população. Em 2005, os não-brancos já eram maioria em situação de privação e, em 2015, têm uma ampliação nessa condição, atingindo 70% do total dos indivíduos em situação de pobreza multidimensional, sendo que, nos meios urbano e rural, esse patamar é de 74% e 66%, respectivamente.

Por fim, ao examinar o perfil etário dos indivíduos, observou-se que a faixa etária mais acometida pela pobreza multidimensional foi a dos adultos, especialmente na faixa etária de dezoito até 24 anos. Ainda que o percentual de pobres nessa faixa de idade tenha reduzido ao longo do período, detém os mais altos percentuais. No entanto, quando esse percentual é comparado ao do total da população, nas três localidades estudadas, verificamos que é entre os adultos que o percentual é menor na pobreza multidimensional.

Nessa perspectiva, os mais jovens e mais idosos sofreram mais privações, relativamente. Assim, por exemplo, no Brasil, havia 8,8% da população na faixa etária de zero a seis anos, porém, havia 10,0% em situação de privação em 2015. Da mesma forma, há 10,0% da população com 65 anos ou mais, já na pobreza, há 15,0%.

Segundo o relatório do IBGE “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”, de 2016, a proporção de idosos que recebiam aposentadoria entre 2005 e 2015 passou de 62,7% para 53,8% (IBGE, 2016). Barros, Carvalho e Franco (2006), por sua vez, indicaram que a presença de crianças e idosos nos domicílios aumenta a vulnerabilidade da família, uma vez que a presença deles desencadeia a necessidade de maior renda *per capita* para suprir bens essenciais.

Em termos absolutos, merece destaque as reduções no número de crianças de zero a seis anos, notadamente em situação de pobreza. Uma possível explicação para essa redução se deve à queda da taxa de fecundidade, especialmente entre as brasileiras negras e pardas, consideradas mais vulneráveis socialmente, entre os anos de 2001 e 2015. Segundo o estudo elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil, a taxa de fecundidade entre as mulheres brancas caiu de 2,65 por mulher em 2001 para 1,69 em 2015, já entre as pretas a queda foi de 2,75 para 1,88 e, entre as pardas, de 2,65 para 1,96 (UNFPA, 2019).

Portanto, apesar de a pobreza estar reduzindo, há segmentos com maiores privações relativas e outros com maiores privações absolutas. Destacam-se os indivíduos não-brancos, que estão com maior incidência relativa e absoluta de pobreza multidimensional, no Brasil e áreas rural e urbana, tanto em 2005 quanto em 2015. Entre as dimensões, a educação aparece como aquela com a maior proporção no IPM. Além disso, regionalmente, também há diferenças expressivas, como é abordado na próxima seção.

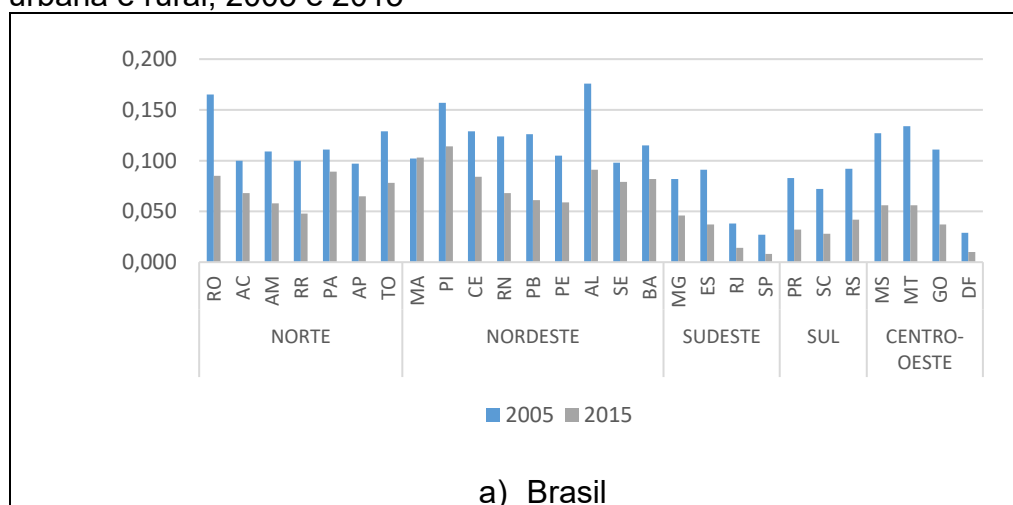
4 DISPARIDADES REGIONAIS DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

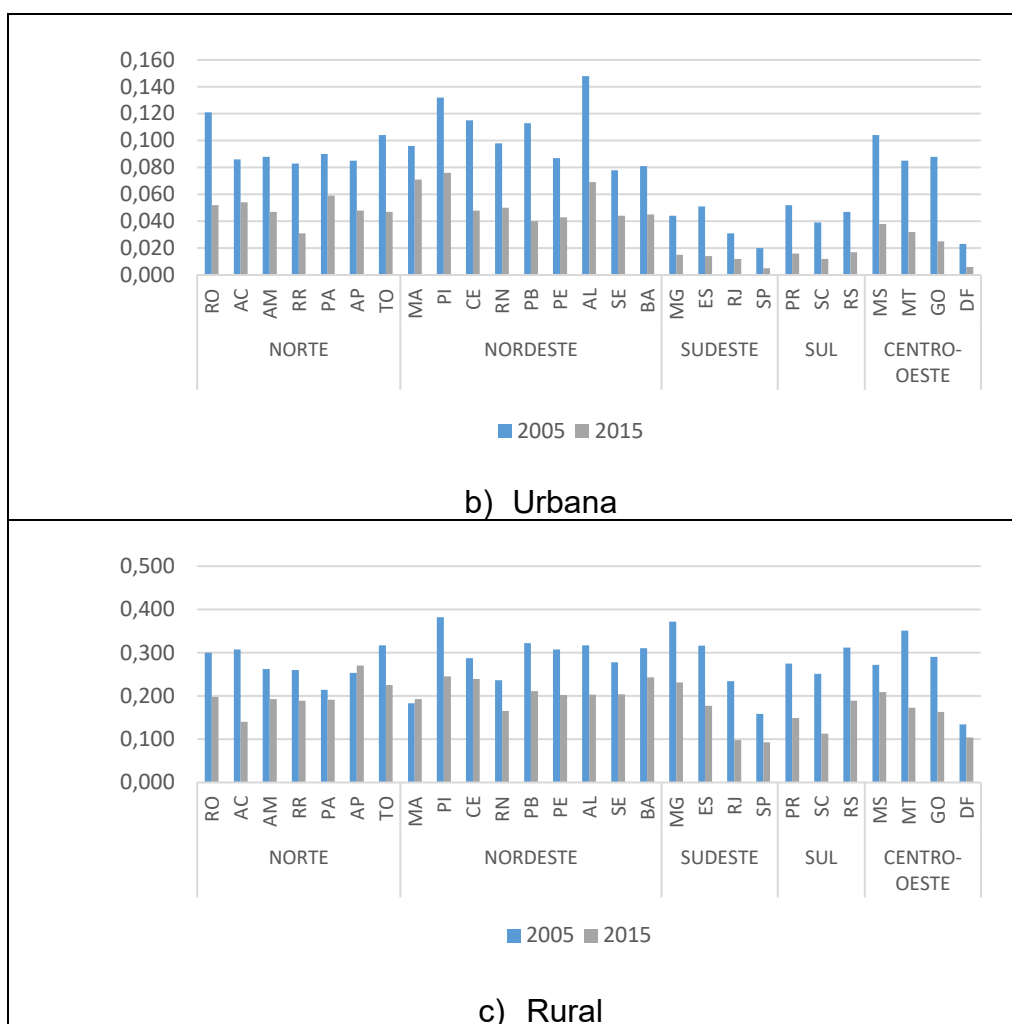
A tendência de redução na pobreza multidimensional no país também se verifica nas unidades da federação, conforme se pode observar na Figura 2, com o Índice de pobreza multidimensional (M_0) para os domicílios do Brasil e também nos segmentos urbano e rural, nos anos de 2005 e 2015. Adicionalmente, na Figura 3, pode ser visualizado um mapa com as variações na pobreza, em que se observam apenas valores negativos, evidenciando estas reduções.

No período estudado, as maiores reduções no Brasil ocorreram nos estados de Alagoas (9 p.p), Rondônia e Mato Grosso (8 p.p), Mato Grosso do Sul e Goiás, ambos com 7 p.p. Apesar dessa redução, observa-se que os maiores níveis de pobreza estão nos estados do Norte e Nordeste do país, o que indica que, embora se tenha observado melhorias socioeconômicas, as desigualdades regionais tradicionais ainda se mantiveram. Em 2015, a pobreza atingiu ainda, nas regiões Norte e Nordeste, cerca de 7% e 8,2% dos domicílios, respectivamente, enquanto nas demais regiões, Sudeste (3%), Sul (3,4%) e Centro-Oeste (4%), esse índice foi menor.

Considerado o segmento urbano, de forma similar ao observado no país, é possível notar a tendência de queda no período, sendo que, em 2015, os menores níveis de pobreza estavam nos estados da região Sul e Sudeste, em contrapartida, os estados com as maiores privações se localizavam nas regiões Norte e Nordeste. Destaca-se que aqueles estados com as maiores privações em 2005 foram os que alcançaram as maiores reduções em 2015, como os estados de Alagoas, que teve seu M_0 reduzido em 8 p.p., seguido por Paraíba, Ceará e Rondônia, ambos com redução de 7 p.p.

Figura 2 – Índice de pobreza multidimensional (M_0) do Brasil, áreas urbana e rural, 2005 e 2015





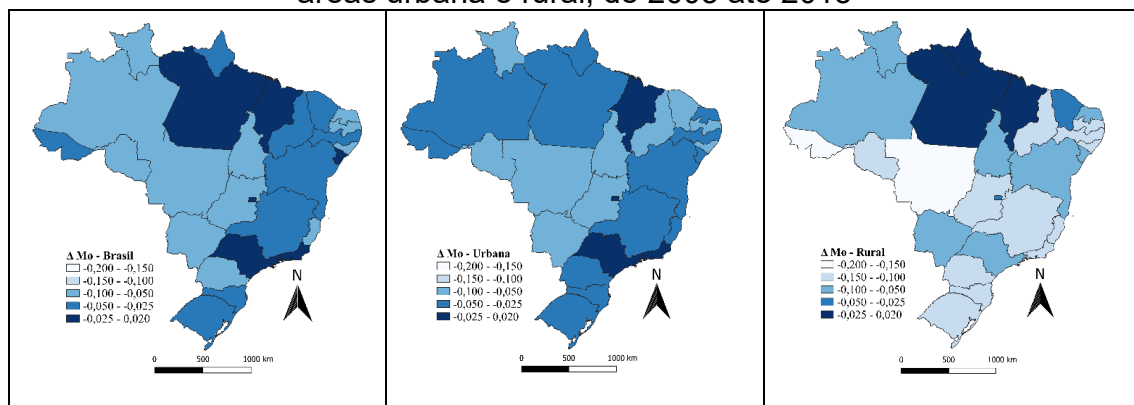
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Por sua vez, no meio rural se observa que a pobreza multidimensional é significativamente superior do que nas demais áreas, embora se note uma queda, em pontos percentuais, mais acentuada quando comparada ao meio urbano. Porém, nem todos os estados apresentaram redução no nível de privação, pois o Amapá e o Maranhão tiveram um aumento de 2 e 1 p.p., respectivamente.

Análogo ao meio urbano, os estados das regiões Norte e Nordeste da área rural possuem as maiores taxas de pobreza, reafirmando o caráter regionalista das privações no país. Entretanto, esses mesmos estados foram os que lograram mais êxito em reduzir essas taxas ao longo do período. Como exemplo temos os estados do Mato Grosso e Acre, que obtiveram reduções de 18 e 17 p.p., respectivamente. Além das regiões Norte e Nordeste, destacam-se os estados das regiões Sul e Sudeste, em especial, os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, ambos com reduções de 14 p.p.

Portanto, esses resultados indicam melhora nos níveis de pobreza das unidades federativas, assim como é evidente a heterogeneidade existente entre as áreas urbana e rural, conforme a Figura 3. No estado do Mato Grosso, observou-se variação negativa de pobreza nas áreas urbana e rural de 5 e 18 p.p., respectivamente. Esse comportamento também ocorreu no estado do Acre, o segundo estado a apresentar a maior variação do período, com reduções de 3 p.p. (urbano) *versus* 17 p.p. (rural). Entre as políticas públicas que podem auxiliar na explicação dessas reduções, destaca-se o Programa Bolsa Família, com sua dimensão nacional, que tem como foco a população mais vulnerável do país.

Figura 3– Variação do Índice de pobreza multidimensional (M_0) do Brasil, áreas urbana e rural, de 2005 até 2015



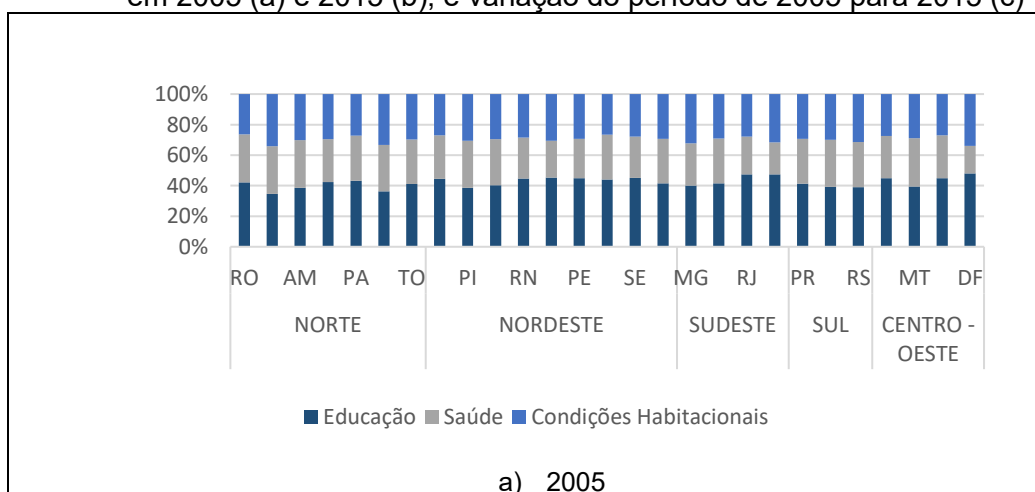
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

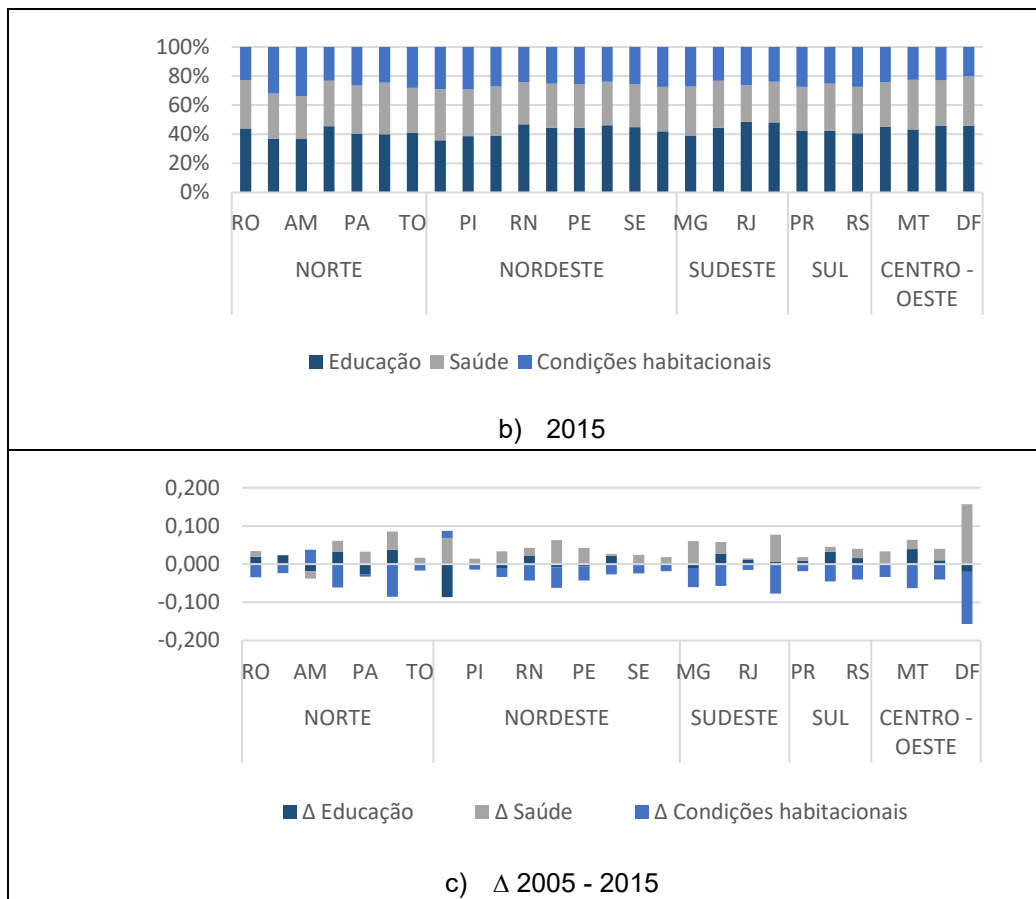
Baseado no comportamento heterogêneo da pobreza no Brasil e devido aos diversos fatores que contribuem para as situações de pobreza e vulnerabilidade da população brasileira, a Figura 4 apresenta a participação relativa de cada dimensão para o IPM nos estados brasileiros nos anos de 2005 e 2015, o que permite identificar as maiores privações domiciliares e auxiliar na criação de políticas públicas sociais mais focalizadas. Em 2005, a dimensão educação contribuiu para o IPM em maior peso nos estados do Distrito Federal (48%), Rio de Janeiro e São Paulo (47%). Por outro lado, a menor contribuição foi encontrada no estado do Acre (35%). Em 2015, verificou-se que as contribuições mais altas foram: Rio de Janeiro e São Paulo, ambos com 48%, e Rio Grande do Norte, com 47%. Já as menores foram evidenciadas no Acre (37%) e no Maranhão (36%). No período analisado, somente nove estados (Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais e Distrito Federal) obtiveram uma melhora em suas taxas relativas de privação na dimensão educação, ou seja, reduziram suas contribuições ao IPM. O estado do Maranhão obteve a maior variação do período, representando uma queda de 9 p.p.

Em 2005, a dimensão saúde e serviços básicos contribuiu em maior escala para o IPM nos estados de Rondônia e Mato Grosso, com (32%), Acre, Amazonas, Piauí e Santa Catarina, ambos com 31%. Em contrapartida, a menor contribuição para o IPM foi do Distrito Federal (18%), já em 2015, a contribuição mais baixa foi do estado do Rio de Janeiro (25%) e, a mais alta, do Amapá e Maranhão (35%). Ao averiguar a variação do período, ainda nessa dimensão, constatou-se, com exceção dos estados do Acre e Amazonas, uma piora nos níveis de contribuição das UF's. Isso é, em 25 estados houve aumento na contribuição ao IPM, com destaque para o Distrito Federal, que apresentou uma variação de 16 p.p. Isso significa que os domicílios pertencentes a esses estados a dimensão saúde e serviços básicos passou a representar uma proporção maior no IPM. Nos estados do Acre e Rio de Janeiro essa dimensão manteve sua contribuição em 31 e 25%, respectivamente.

Por fim, ao analisar a contribuição da dimensão condições habitacionais no IPM, observou-se que, em 2005, as contribuições mais altas foram do Acre e Distrito Federal (34%), Amapá (33%), e Minas Gerais e São Paulo (ambos com 32%). Já a menor contribuição foi de Rondônia, 26%. Em 2015, o estado do Amazonas apresentou a maior contribuição, 34%. Por outro lado, a contribuição mais baixa foi do Distrito Federal, 20%. Com exceção do Amazonas e Maranhão, todas as unidades da federação obtiveram uma melhora em suas contribuições, ou seja, houve reduções ao longo do período. Destaca-se, com a maior redução, o estado do Distrito Federal, com queda de 14 p.p., seguido pelo Amapá, com redução de 9 p.p.

Figura 4 – Contribuição relativa das dimensões Educação, Saúde e serviços básicos e Condições habitacionais para o IPM dos estados brasileiros, em 2005 (a) e 2015 (b), e variação do período de 2005 para 2015 (c)





Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Assim, esses resultados indicam que, em geral, houve redução na pobreza multidimensional em todas as unidades da federação. No entanto, ainda há um número significativo de domicílios e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Para essa parcela da população, a privação em educação é a que atinge mais os domicílios, seguida por saúde e serviços básicos e, por fim, as condições habitacionais. Nota-se que, enquanto a dimensão saúde e serviços básicos passa a aumentar a sua importância relativa em 2015, as condições habitacionais reduzem sua participação, com variação negativa na maioria das unidades da federação.

Ademais, evidencia-se certa estabilidade nas diferenças regionais. Nessa perspectiva pode-se dizer que as unidades da federação souberam aproveitar as condições econômicas nacionais, bem como os programas e políticas públicas nacionais ao longo do período (BARROS *et al.*, 2007; HOFFMANN, 2013; OSÓRIO *et al.*, 2011), que impactaram positivamente as dimensões educação, saúde e condições habitacionais. Porém, apesar das políticas públicas implementadas – como o PBF, PMCMV, o PBC, entre outras – os direitos básicos para uma vida mais digna ainda estavam ausentes para uma parcela

significativa da população brasileira ao final do período pesquisado, o que sugere que tais ações ainda são insuficientes e devem ser ampliadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo analisou o comportamento da pobreza multidimensional de 2005 a 2015, bem como sua incidência e intensidade com base no método Alkire – Foster. Buscando identificar e caracterizar os mais pobres além do Brasil, também foram considerados separadamente os meios urbano e rural, as unidades da federação, bem como as características pessoais dos residentes nos domicílios como sexo, cor ou raça e faixa etária.

Neste sentido, a abordagem adotada, seguindo a literatura empírica, contribui para a compreensão da pobreza no país, para além da renda. Porém, aponta a necessidade da ampliação de estudos e pesquisas, buscando discutir o impacto das políticas públicas já realizadas, bem como a urgência de sua ampliação e identificação de novas demandas para a superação da pobreza e o melhor bem-estar social.

Os resultados evidenciados com o Índice de pobreza multidimensional (IPM), composto por dez indicadores, distribuídos em três dimensões, permitiram observar uma trajetória decrescente da pobreza no período. Em 2005, o país tinha um IPM de 8% e, em 2015, reduziu-se para 4,2%. A queda também se fez presente no meio urbano e rural, entretanto, com grandes disparidades, enquanto o IPM do meio urbano apresentava uma taxa de 5,3% em 2005, o meio rural apresentava 28%. Já em 2015, no meio urbano este índice estava em 2,3% contra 19,2% do meio rural. Os maiores níveis de pobreza foram alcançados nas regiões Norte e Nordeste do país, para ambas as áreas. Esses resultados reforçam o caráter heterogêneo da pobreza, apontando as dificuldades para a superação dessas desigualdades regionais.

No que diz respeito aos componentes do IPM, observou-se queda na incidência e intensidade da pobreza entre 2005 e 2015. Todavia, a queda da intensidade foi menos acentuada do que a sua incidência, a qual indicou 6,5% dos domicílios urbanos e 47,3% dos rurais com privações iguais ou maiores do que 33,33%, ao final do período analisado.

Ao quantificar a proporção de pobres unidimensionais, constatou-se uma tendência decrescente entre 2005 e 2015 nas três faixas de renda (R\$ 154,00, R\$ 77,00 e US\$ 5,50), embora os resultados tenham apresentado uma tendência similar ao da pobreza multidimensional, especialmente para o Brasil e área urbana, observou-se que as medidas

baseadas exclusivamente na renda são menos informativas sobre as privações enfrentadas pela população. Desse modo, embora a proporção de pobres multidimensionais e unidimensionais tenha diminuído, devido a ações sociais desenvolvidas ao longo do período analisado, pode-se inferir que ainda há importantes desigualdades regionais no país, firmando um cenário de privação constante, principalmente nos indicadores relacionados à educação, à saúde e aos serviços básicos.

Ademais, a decomposição por sexo, cor ou raça e faixa etária, para o Brasil e meios urbano e rural, permitiu a identificação de indivíduos que se encontram na pobreza multidimensional, vivendo situações que dificultam a superação das privações sofridas por esses, inviabilizando, assim, o desenvolvimento de suas potencialidades. No período de 2005 a 2015, constatou-se que a incidência de pobreza, ou seja, o montante de pessoas na pobreza multidimensional, aumentou entre os indivíduos com sessenta e cinco anos ou mais (Brasil, meios urbano e rural), reduziu entre as crianças de zero a seis anos (Brasil, meios urbano e rural) e predominou entre as pessoas do sexo masculino (Brasil e meio rural) e não-brancas. Em termos relativos, a pobreza ainda atingiu proporcionalmente mais não-brancos, homens, crianças e idosos. Ainda que, de modo geral, a incidência da população na pobreza tenha apresentado uma trajetória descendente ao longo do período, foi bastante expressiva no meio rural, atingindo cerca de metade dos seus residentes em 2015.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. R.; CUNHA, M. S. Uma análise da Pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. **Revista de Economia**, v. 38, n. 3 (ano 36), p. 45-64, set./dez. 2012.

ALKIRE, S.; APABLAZA, M.; CHAKRAVARTY, S.; YALONETZKY, G. **Measuring chronic multidimensional poverty**. *Journal of Policy Modeling* 39 (2017), p. 983- 1006, 2017.

ALKIRE, S. et al. **Global Multidimensional Poverty Index 2019: Illuminating Inequalities**. OPHI – Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2019.

ALKIRE, S.; FANG, Y. **Dynamics of multidimensional poverty a unidimensional income poverty: An evidence stability analysis from China**. *Social Indicator Research* 142, p. 25-64, 2019.

ALKIRE, S.; FOSTER, J.; SETH, S.; SANTOS, M. E.; ROCHE, J. M.; BALLON, P. **Multidimensional poverty measurement and analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. **Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries**. OPHI Working Paper 38, University of Oxford, 2010.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. **Measuring acute poverty in the development world: Robustness and scope of the multidimensional poverty index**. World Development: v. 59, p. 251-274, 2014.

BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. **Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty**. New York, 320 pp., 2011.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para discussão n. 1227)

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para discussão n. 1256)

BARTHOLO, L.; PASSOS, L., FONTOURA, N., Bolsa família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? **Cadernos pagu**, N. 55 e195525, 2019.

BOLTVINIK, J. Medición multidimensional de pobreza. América Latina de precursora a rezagada. **Revista Sociedad & Equidad**, n. 5, p. 4-29, 2013.

BRAMBILLA, M. A.; CUNHA, M. S. Pobreza Multidimensional no Brasil, 1991, 2000 e 2010: uma abordagem espacial para os municípios brasileiros. In: **Anais ... 22º Encontro de economia da Região Sul**. Maringá: ANPEC, 2019.

CHEN, S.; RAVALLION, M. **More relatively - poor people in a less absolutely - poor world**. Rev. Income Wealth 59 (1), 1–28, 2013.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Revista RAE eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 5 - 11, jul./dez., 2002.

CUNHA, M. S. Desigualdade e pobreza nos domicílios rurais e urbanos no Brasil, 1981 – 2005. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 1, p. 9-30, jan. /mar. 2009.

FAHEL, M.; TELES, L. R. Medindo a pobreza multidimensional do estado de Minas Gerais, Brasil: olhando para além da renda. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 52(3): 386-416, mai./jun. 2018.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – UNFPA. **Fecundidade e dinâmica da população brasileira**. Brasília, 2019.

GOULART, O. M. T.; SAMPAIO, C. E. M.; NESPOLI, V. **O desafio da universalização do ensino médio**. Texto para discussão n. 22, Brasília: INEP, 2006.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011). In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, p. 207-216, 2013.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE - ILO. **Meeting basic needs: strategies for eradicating mass poverty and unemployment**. Conclusions of the World Employment Conference 1976, Geneva, ILO, 60 p., 1977.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD: Um registro histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967 – 2015**. Documentos para disseminação: Memória institucional 20 – Rio de Janeiro, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, n.36, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, n. 40, 2019.

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we do not agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **Oxford development studies**, v.31, n. 03, p. 243-274, 2003.

MEJÍA-ESCALANTE, M. Basic needs: Durable goods and services of proper Housing. **Revista INVI**, v. 30, n. 85, nov. p. 147-180, 2015.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Education at a glance 2015: OECD Indicators**. OECD Publishing, 2015.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. **Plataforma agenda 2030**, 2000.

OSORIO, R. G.; SOUZA, P. H. G. F.; SOARES, S. S. D.; OLIVEIRA, L. F. B. **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009**. Brasília: IPEA, 2011, (Texto para discussão n. 1647).

PEREIRA, O. L. F.; SANTOS, V. F. S.; SILVA, G. J.; OLIVEIRA, S. V. Sobre el futuro y la juventud de Brasil: un análisis de la incidencia de la pobreza multidimensional en las grandes regiones (2015). **Revista Apuntes**, nº 86, v. 47, 2020.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal do que se trata?** 3ª Edição, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza**. Economia política de distribuição de renda. Rio de Janeiro: Grammont, 1999.

SANTOS, M. E.; VILLATORO, P. **A multidimensional poverty index for Latin America**. Review of Income and Wealth, 2016.

- SANTOS, M. E.; VILLATORO, P.; MANCERO, X.; GERSTENFELD, P. A. **Multidimensional Poverty Index for Latin America**. OPHI Working Paper 79, Oxford University, 2015.
- SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Ciência & saúde coletiva**, vol.18, n.4, p. 927-935, abr., 2013.
- SEN, Amartya. Capability and well-being. In: SEN, Amartya; NUSSBAUM, Martha (Ed.). **The quality of life**. Oxford: Clarendon Press, p. 30-55, 1993.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia Das Letras, 416 p., 2000.
- SERRA, A. S.; YALONETZKY, G. I.; MAIA, A. G. Multidimensional Poverty in Brazil in the Early 21st Century: Evidence from the Demographic Census. **Social Indicators Research**, p. 79-114, 2021.
- SILVA, A. F.; SOUSA, J. S.; ARAUJO, J. A. Evidências sobre a pobreza multidimensional na região Norte do Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 51(2): 219-239, mar. /abr. 2017.
- SILVA, A. M. R.; LACERDA, F. C. C.; NEDER, H. D. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 03, p. 509-527, jul./set. 2011.
- SILVA, J. J.; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B. N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Revista de Economia Política**. 40 (1), p. 138-160, 2020.
- SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES, S. **Os efeitos do programa bolsa família sobre a pobreza e a desigualdade: uma balança dos primeiros quinze anos**. IPEA: Rio de Janeiro, ago. 38p., 2019. (Texto para discussão, n. 2499)
- TOWNSEND, P. **The International Analysis of Poverty**. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- TOWNSEND, P. **Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living**. Harmondsworth: Penguin; London: Allen Lane, 1979.
- VIEIRA, C. A.; KUHN, D. D.; MARIN, S. R. Método Alkire-Foster: uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 48, 2017.
- WORLD BANK. **Effects of the Business Cycle on Social Indicators in Latin America and the Caribbean: When Dreams Meet Reality**. The World Bank Group, Washington, 2019.
- WORLD BANK. **Poverty and shared prosperity 2018: Piecing together the poverty puzzle**. The World Bank Group, Washington, 2018.

NOTAS

Marina Silva da Cunha, graduação em economia pela Universidade Estadual de Maringá, doutora em Economia Aplicada pela Esalq/USP e pós-doutorado em Economia do Trabalho pela UNB. É professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá e bolsista produtividade em pesquisa do CNPq. Email: mscunha@uem.br

Gésia Coutinho Marcelino, graduada em Ciências Econômicas e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá, foi bolsista da CAPES. Email: GEH.COUTINHO@gmail.com